

NOTA EDITORIAL

Prezados leitores,

Enfim, apresentamos o novo número da revista *Cadernos de Estudos Sociais*.

Os artigos que o compõem compartilham um fio condutor essencial: a análise de complexas dinâmicas e desigualdades sociais e demográficas que moldam o Brasil atual, e a busca por uma compreensão que aponte para potenciais transformações.

Cada um dos trabalhos, nas suas próprias perspectivas, contribui para um diagnóstico aprofundado de como a sociedade brasileira vem se (re)estruturando e como muito desse processo se configura como verdadeiros desafios – como as vulnerabilidades se manifestam e se tornam mais visíveis e como as políticas públicas e domínio dos dados podem (ou não) endereçar esses desafios.

Em *Uso de dados do SINASC na análise do adiamento da fecundidade no Brasil*, de Adriana de Miranda Ribeiro e Ricardo Alexandrino Garcia, os autores investigam uma transformação demográfica crucial no país: o aumento da idade média em que as mulheres têm filhos, um fenômeno observado desde meados da década de 1990. Ao analisar essa dinâmica, o estudo não apenas quantifica a tendência de queda dos níveis de fecundidade, mas também valida uma nova metodologia – o uso dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) – para compreender melhor essas mudanças no período intercensitário, especialmente após a não realização do censo em 2020. A capacidade de identificar essas tendências em tempo real é fundamental para entender a evolução social e as futuras necessidades do país, uma vez que a duração e magnitude desse adiamento podem afetar o envelhecimento populacional.

Já *Heteronormatividade e identidade: reflexões críticas sobre a população lésbica* aborda diretamente as desigualdades sociais e a invisibilidade impostas à população lésbica sob a perspectiva da heteronormatividade. Os autores Else Freire de Castro Amorim, Larissa Gabriela Gouveia dos Santos e Caio dos Santos Tavares utilizam uma abordagem interseccional para refletir sobre as múltiplas formas de discriminação e dominação – como classe, raça e gênero – que recaem sobre essas mulheres. A identidade é apresentada como relacional e frequentemente construída pela exclusão do “outro”, e fica evidente a dupla subalternização e o silenciamento que mulheres lésbicas enfrentam, sendo vistas como desencaixadas no ideal normativo da construção ideológica de gênero na sociedade.

Por fim, Chesil Batista Silva e Lia Hasenclever, no artigo *Universalização da renda básica e a problematização do programa Bolsa Família*, se debruçam sobre a desigualdade socioeconômica e a pobreza estrutural no Brasil, apresentando uma análise

crítica do Programa Bolsa Família (PBF) e defendendo a como alternativa uma Renda Básica Universal (RBU). A pesquisa argumenta que a pobreza e a desigualdade no Brasil são fenômenos estruturais, com raízes na colonização escravocrata do país, que deixou os libertos à própria sorte sem amparo do Estado, e a RBU é defendida como uma solução mais eficaz por ser um pagamento individual, periódico e incondicional para todos os cidadãos, independentemente de renda ou contribuições anteriores.

Embora partindo de objetos bastante distintos, os três artigos convergem na necessidade de compreender e intervir nas complexas camadas de desafios sociais e nas desigualdades persistentes no Brasil. Seja na demografia, nos direitos humanos ou nas políticas de assistência, todos ressaltam a importância de análises aprofundadas, metodologias consistentes e dados confiáveis para desvendar as realidades e propor caminhos para uma sociedade mais equitativa e justa.

Desejamos uma boa leitura a todos.

A equipe editorial